



**Secretaria de Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos – SDSDH**

CONTRATO Nº 012 /2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OLINDA, E A EMPRESA ABAIXO RELACIONADA, PARA A **AQUISIÇÃO DE COLCHÕES E COBERTORES** PARA USO EMERGENCIAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DE OLINDA - SDSDH E SEUS ANEXOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023-FMAS, DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO, NOS TERMO DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO de 2002, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 042/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 de DEZEMBRO DE 2006, E SUAS ALTERAÇÕES, APLICANDO-SE, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

O **MUNICÍPIO DE OLINDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 10.404.184/0001-09, por intermédio da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 536, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP 53.030-010, neste ato representado pelo sua Secretária **EVELINE ARAÚJO DOS SANTOS DOS SANTOS ARAGÃO**, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.866.934-84 e portadora da cédula de identidade nº 4393793, expedido pela SDS/PE, residente e domiciliada na cidade de Olinda/PE por força do Ato nº 334/2024, nos termos do que dispõem as Leis Federais nº 5 8.666/93 e 10.520/02, doravante denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **TOP MÓVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.269798/0001-95, com sede na Rua bahia, 806 A, Siqueira Campos, Aracaju-SE, CEP: 49.075-000, neste ato representada pelo Senhor **MARCELO CERQUEIRA DA GRAÇA**, brasileiro, casado, empresário, portador (a) da Cédula de Identidade, RG nº 937.686 SSP/SE e inscrito (a) no CPF/MF nº 574.284.255-49, residente e domiciliado a Rua João Ouro, nº 100, Condomínio Canto Belo, edf. Sabiá Apto.901, Jabotiana, Aracaju - SE, CEP 49.095-180, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e convencionado o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto deste instrumento a **AQUISIÇÃO DE COLCHÕES E COBERTORES** para uso emergencial, visando atender as necessidades da Secretaria de

Eveline Aragão
Secretaria de Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos - SDSDH
Mat. 700.640

Nathália Nascimento
Assessora Jurídica - SDSDH
Mat. 700.106

Av. Presidente Getúlio Vargas | 536 | Bairro Novo | Olinda | PE
CEP 53.030-010 | PABX: (81) 3429.6777
www.olinda.pe.gov.br |
desenvolvimentosocial@olinda.pe.gov.br

Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Olinda - SDSDH e seus Anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023-FMAS E ARP Nº 010/2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
03	Cobertor/Manta – Manta de Microfibra Tamanho solteiro, com Medidas aproximadas de 1,50 x 2,20. (cota exclusiva)	501	R\$25,50	R\$ 12.775,50
Total:		R\$ 12.775,50 (doze mil setecentos e setenta e cinco mil e cinquenta centavos)		

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O valor da contratação é de **R\$ 12.775,50** (doze mil setecentos e setenta e cinco mil e cinquenta centavos), estando inclusos todos os gastos com salários, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e fiscais, impostos, despesas administrativas, frete, taxas, mão-de-obra, seguros e demais tributos e despesas decorrentes da execução do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.10 prazo de vigência contratual será até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os materiais de forma parcelada de acordo com as solicitações do Fiscal do Contrato, mensalmente ou em um prazo menor conforme a necessidade da CONTRATANTE, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 536, Bairro Novo – Olinda – PE, no prazo máximo de até **03 (três) dias**, a contar da data de recebimento da respectiva solicitação, que será formalizada através de e-mail institucional enviado pelo Fiscal do Contrato. A entrega deverá ser realizada, em dias úteis, no horário de 08hs00 as 16hs00;

4.2 Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens apropriadas, e, de acordo com os pedidos de fornecimento.

4.3 O Fiscal do contrato receberá o material provisoriamente, para análise, no prazo estabelecido no item 4.1, deste contrato.

4.4 Após análise dos materiais recebidos, o fiscal do contrato poderá recebê-los:

4.4.1 Definitivamente - o que o fará no prazo de até **10 (dez) dias** após a entrega efetuada pela empresa Contratada;

4.4.2 Com ressalvas – anotando em documento apropriado as ressalvas;

4.4.3 Não os receber - em caso de não observância pela empresa das especificações constantes deste instrumento ou da presença de imperfeição de qualquer natureza nos itens fornecidos, tendo que ser substituído pela empresa Contratada em um prazo de até **05 (cinco) dias úteis**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Sem prejuízo dos deveres inerentes ao objeto deste contrato e dos derivados de normas legais e regulamentares, a Contratada assume, especialmente, as seguintes obrigações:


5.1.1 Responsabilizar-se pela entrega dos materiais, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

5.1.2 Entregar os materiais do prazo estipulado neste contrato;

5.1.3 O retardamento na entrega dos materiais não justificado considerar-se-á como infração contratual;

5.1.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

5.1.5 Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;



5.1.6 Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a prestação dos serviços objeto deste contrato.

5.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Cumprir as obrigações pecuniárias no prazo previsto contratualmente;
- 6.2 Designar servidor para acompanhar o recebimento dos materiais, objeto deste contrato;
- 6.3 Expedir Ordem de Fornecimento ou outro documento de autorização devidamente assinado pelos responsáveis pela entrega dos materiais, onde constarão as informações necessárias à aquisição dos materiais;
- 6.4 Cancelar as Ordens de Fornecimento, mediante comunicação à CONTRATADA, não cabendo qualquer ônus à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, caso o cancelamento seja efetuado com antecedência de até **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para fornecimento do material;
- 6.5 Notificar por escrito à CONTRATADA quando da aplicação de eventuais multas, penalidades, e quaisquer débitos de sua responsabilidade, pelo não cumprimento de obrigações contratuais;
- 6.6 A Contratante se reserva o direito de, no recebimento dos materiais após a conferência qualitativa e quantitativa, exigir substituição ou reparação daqueles que estejam em desacordo com o solicitado, independentemente das sanções a que está sujeito à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato da CONTRATANTE, observando:

7.1.1 A nota fiscal somente será aceita se ela estiver discriminando detalhadamente o material, devendo ainda estar acompanhada dos seguintes documentos: certidão negativa da Previdência Social; certificado de

regularidade de **FGTS**; certidão negativa de tributos municipais, estaduais e federais;

7.1.2 A nota fiscal com defeitos ou vícios deverá ser retificada, substituída ou complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.

7.2 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

7.3 O pagamento será efetuado através de ordem bancária em favor da **CONTRATADA**, que indicará a instituição financeira.

7.4 Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \times \left(\frac{6}{100} \right) \times \left(\frac{1}{360} \right) \times 360 = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

8.1 O preço somente será reajustado depois de decorrido 12 (doze) meses da data fixada para apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fornecidos pelo IBGE, haja vista a vedação de reajuste para periodicidade contratual inferior, nos termos do art. 28, da Lei nº 9.069/95 e dos artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192/01, ressalvado o disposto no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

8.2 Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar a avença, a empresa contratada deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito;



Nathália Nascimento
Assessora Jurídica - SDSDH
Mat. 70810-2

8.3 No caso de prorrogação do Contrato, decorridos 12 (doze) meses contados da data do último reajuste, poderá ser concedido novo ajuste, mediante requerimento da Licitante Contratada, conforme disposto no artigo 3º, caput, e Parágrafo Primeiro, da Lei nº 10.192/01;

8.4 O reajuste, em qualquer caso, será baseado no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = PO \{(I1/I0) - 1\}$$

Onde:

R = Valor do Reajuste

PO = Valor do preço básico a ser reajustado

I1 = Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao mês imediatamente anterior à data do aniversário da proposta.

I0 = Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao mês imediatamente anterior à data da Proposta.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

9.1 A fiscalização da contratação será exercida por servidor da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

9.2 A Gestão de Execução do Contrato ficará a cargo da servidora Josiane Passos Ferreira, matrícula nº 743968, e a Fiscalização da Execução do Contrato a cargo da servidora Roberta Raphaella Monteiro Barbosa, matrícula nº 70.446-6/2.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECUSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas para atender as obrigações decorrentes deste contrato estão programadas em dotação orçamentária na classificação assim discriminada:

Fonte: 1500, 1660, 1669 FMAS

Programa: 7057, 3007, 3008

Ação: 001, 907, 912, 924, 926, 685, 687, 688, 924, 144, 160, 167, 672, 684, 797, 941, 943, 944, 002, 003, 004, 916, 917, 918, 922, 923, 168, 922.

Projeto Atividade: 8017, 3020, 3010, 3040, 4019

Elemento de Despesas: 33.90.32

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 As penalidades aplicáveis ao presente processo licitatório são aquelas dispostas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c/ art. 54 do Decreto Municipal nº 042, de 03 de abril de 2020.

11.2 Antes da aplicação de qualquer sanção ou penalidade à contratada, será assegurado à mesma o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

12.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO


14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Aplicar-se-á a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 8666/93, com suas modificações, nos casos omissos do presente contrato.

15.2 No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei

Nathália Nascimento
Assessora Jurídica - SDSDH
Mar/2024



4.320, de 17 de março de 1964.

15.3 A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei n. 8.666/1993.


15.4 Este Contrato está vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2023, Processo Licitatório nº 009/2023– FMAS, ARP nº 010/2023, bem como à proposta do licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 O Foro da Comarca de Olinda é o único competente para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes este Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram, para que produza assim os seus jurídicos e legais efeitos.

Olinda, 17 de setembro de 2024.


EVELINE ARAGÃO

SECRETÁRIO (A) DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONTRATANTE

TOP MOVEIS

LTDA:05269798000195

Assinado de forma digital

por TOP MOVEIS

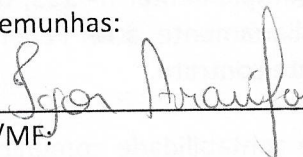
LTDA:05269798000195

TOP MÓVEIS
CONTRATADA

Testemunhas:

1.

CPF/MF:



2.

CPF/MF: 709.576.714-00





OLINDA

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OLINDA

Av. Getúlio Vargas, 536 - Bairro Novo, Olinda/PE. CEP: 5030-010

NOTA DE EMPENHO

001602/0000/2024

TIPO

Estimativa Orçamentário

ÓRGÃO

22-Sec. Desenvol. Social e Direitos Humanos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

63 Fundo Municipal de Assistência S

DOT 08.244.3008.3.010.3390.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PA 27047

CREDOR

67409-TOP MOVEIS LTDA

CPF/CNPJ

05.269.798/0001-95

ENDEREÇO RUA BAHIA 806A SIQUEIRA CAMPOS

FONE

CIDADE ARACAJU

SE

LICITAÇÃO

NÚMERO

SOLICITAÇÃO

PROC.COMPR

EMIÇÃO

Registro de Preço

006 /2023

10.08.2024

VALOR ORÇADO

0,00

SALDO ANTERIOR

109.118,57

VALOR DO EMPENHO

12.775,50

SALDO ATUAL

96.343,07

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1	501		VALOR QUE SE EMPENHA AO CREDOR ACIMA REF A COMPRA DE COBERTOR E MANTA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SDSDH CONFORME PREGAO ELETRONICO N°006/2023 PROCESSO LICITATORION°009/2023 FMAS, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°010/2023 PERIODO 2024. COBERTOR E MANTA MICROFIBRA

VALOR UNITÁRIO

25,50

VALOR TOTAL

12.775,50

DESCONTOS

FONTE DE RECURSO/DETALHAMENTO

1500-Recursos não Vincula

0-

TOTAL DESCONTOS

TOTAL BRUTO

12.775,50

VALOR ANULADO

0,00

EMPENHADO POR:

EMANUELLA BEATRIZ (SDSCDH)

TOTAL LÍQUIDO

12.775,50

ATESTO

- 0 - MATERIAL RECEBIDO
- 1 - SERVIÇO PRESTADO
- 2 - SUPRIMENTO INDIVIDUAL
- 3 - OUTROS

DIRETOR DA ÁREA

LIQUIDADO EM: / /

PAGO

PAGUE-SE

ORDENADOR(ES) DE DESPESA

DATA DE PAGAMENTO / /

DATA: / /

